



Análise de Conjuntura

Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Os textos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. O boletim destina-se a promover discussões sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

Transferências do Fundo de Participação dos Municípios: motivo para pânico?

Os municípios receberam R\$ 9,44 bilhões no 1º trimestre deste ano, montante 7,2% inferior ao recebido no mesmo período de 2008.

O Governo acena com créditos adicionais da ordem de R\$ 1 bilhão, solução conjuntural e paliativa para um grave problema estrutural representado pela falta de sustentabilidade de muitos municípios brasileiros.

Por outro lado, os números indicam que as transferências do FPM apresentaram uma importante elevação em período recente, da ordem de 18% em 2008, resultado influenciado não apenas pelo desempenho favorável da economia no ano passado, mas também pela elevação de um ponto percentual em sua base de cálculo, que foi completamente incorporada na transferência do FPM do último mês de dezembro.

Qual a efetiva redução das transferências do Fundo de Participação dos Municípios?

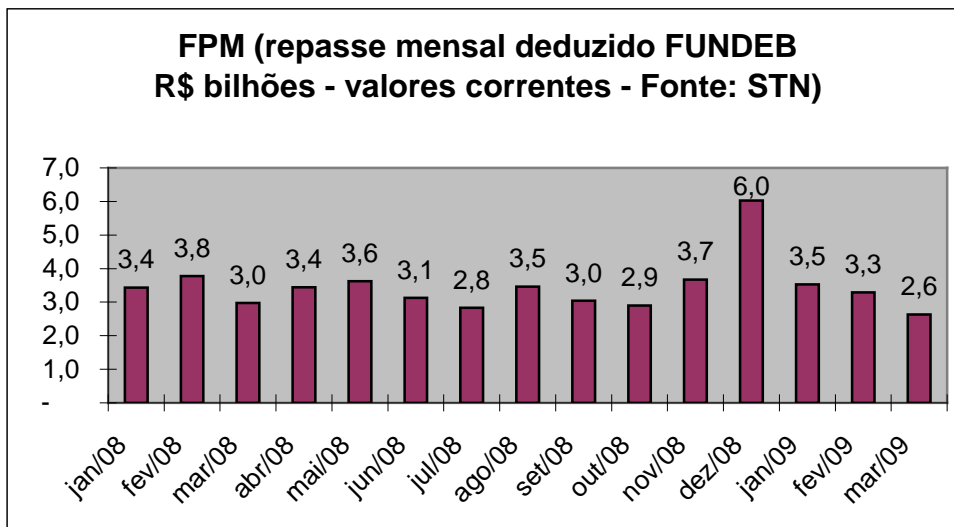
O gráfico da página seguinte mostra os repasses do FPM ocorridos a partir de janeiro de 2008. No primeiro trimestre de 2008, as transferências haviam totalizado R\$ 10,17 bilhões, ao passo que no primeiro trimestre do ano corrente o valor transferido totalizou R\$ 9,44 bilhões, denotando uma redução de R\$ 0,73 bilhões.

Expediente

Boletim de Análise de Conjuntura (BAC). Ano 1, nº 10. Quinta-feira, 7 de maio de 2009.

Colaboraram neste número: Marcelo Barroso Lacombe (coordenador), Murilo Rodrigues da Cunha Soares e Marcos Pineschi Teixeira.

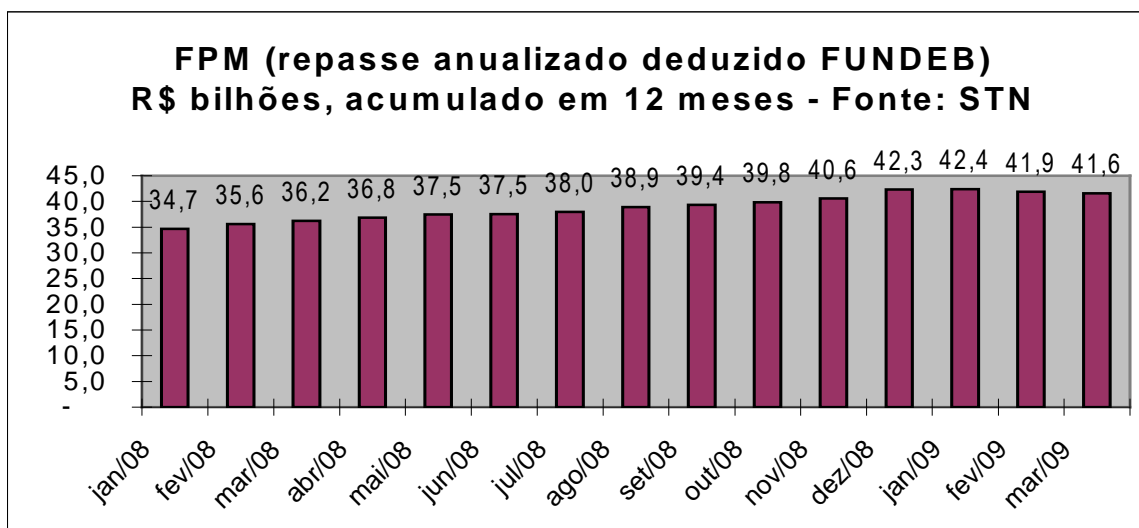
O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Destina-se a promover o debate sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.



Por outro lado, há que se comentar acerca dos efeitos da Emenda Constitucional nº 55, aprovada em setembro de 2007. Essa emenda estabeleceu um adicional de um ponto percentual sobre a base de cálculo do FPM (composta pelo Imposto de Renda e IPI), sendo os recursos repassados aos municípios somente em dezembro de cada ano.

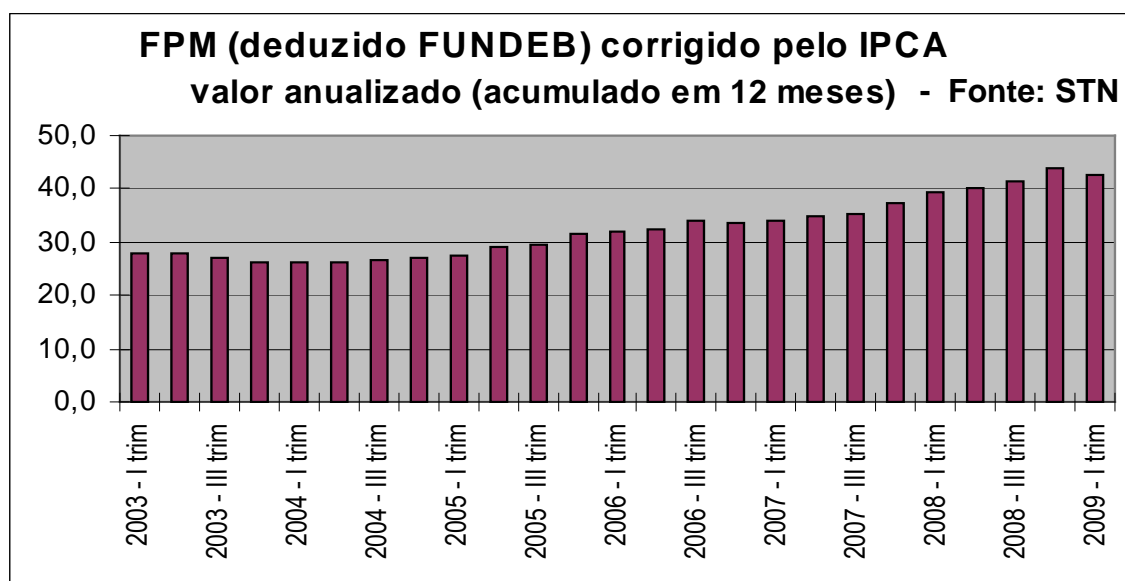
Desta forma, enquanto em dezembro de 2007 os repasses do FPM somavam R\$ 4,33 bilhões, em dezembro de 2008 passaram a totalizar R\$ 6,03 bilhões, mostrando uma expansão de R\$ 1,70 bilhões nessas transferências.

Com isso, em valores anualizados, os repasses ainda estão em patamares bastante superiores aos do ano passado:



Na realidade, o FPM já vinha se elevando mesmo antes da EC nº 55/2007. Em termos reais (com correção pelo IPCA), no período de quatro trimestres encerrado no 2º trimestre de 2004, foi registrado um repasse da ordem de R\$ 26,1 bilhões. Esse valor elevou-se até alcançar o pico de R\$ 43,8 bilhões no ano de 2008, quando pela primeira vez houve o pagamento integral do adicional ao FPM. Já no 1º trimestre de 2009, o repasse anual real reduziu-se para R\$ 42,5 bilhões, mas ainda em nível confortavelmente superior aos R\$ 39,1 bilhões referentes ao 1º trimestre do ano passado.

Adicionalmente, este é o primeiro ano de mandato para mais da metade dos prefeitos. Em geral, os governantes recém eleitos herdam um orçamento do qual não participaram. Assim, usualmente rediscutem contratos de empreiteiras e fornecedores, negociam com os sindicatos de servidores... Ou seja, redefinem prioridades e realocam os recursos disponíveis.



A posição do Governo Federal e as alternativas

O Governo Federal parece concordar com os municipalistas em relação à urgência da questão e já se comprometeu com a liberação adicional de R\$ 1 bilhão para os municípios.

Dentre as alternativas para melhorar o fluxo de caixa dos cofres municipais, há sugestões no sentido de a União antecipar aos municípios repasses futuros do FPM. Tal proposta não é de fácil implementação, já que,

dependendo dos detalhes, exigiria alterações em lei complementares e na própria Constituição.

Já os prefeitos das grandes cidades provavelmente tentarão renegociar suas dívidas com a União. Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, vem buscando trocar o atual indexador dos seus contratos – o IGP-DI .

Os municípios brasileiros são sustentáveis?

A conjuntura atual oculta o problema estrutural que cerca o FPM. A Constituição de 1988 elevou o percentual de repasse de 17% para 22,5%, bem como a participação dos municípios no ICMS de 20% para 25%.

Como consequência, muitos municípios foram criados por motivos eminentemente fiscais. Se em janeiro de 1988 existiam 4.177 municípios, hoje o País conta com 5.564 municípios, grande parte deles sem condições de se sustentarem com recursos próprios.

A importância do FPM para nossos municípios

Segundo dados de 2007, o FPM representava mais de 50% das receitas totais para 1.734 dos municípios. A média de população desse grupo é de 6.961 habitantes. Já para 4.043 municípios, o FPM representa mais de 30% das receitas totais, e população média desse grupo sobe para 12.791 habitantes.

Em relação às capitais e cidades de grande porte, especialmente as do Sul e Sudeste, o FPM não é uma fonte primordial de recursos. Em 2007, nos municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes, o FPM respondeu por menos que 5,2% das receitas totais, em termos agregados.

Como as condições políticas para o efetivo aprimoramento e racionalização da distribuição do “bolo” tributário praticamente inexitem no momento, esperam-se algumas medidas paliativas para aliviar os reflexos da crise sobre os cofres públicos municipais e compensar as medidas de desoneração tributária adotadas. Porém, ressalvados os casos crônicos mais dramáticos, certamente agravados pelas circunstâncias, qualquer ajuda concedida agora corre o risco de ser precipitada e desnecessária, ao menos por enquanto.

Produção industrial mostra redução do ritmo de recuperação

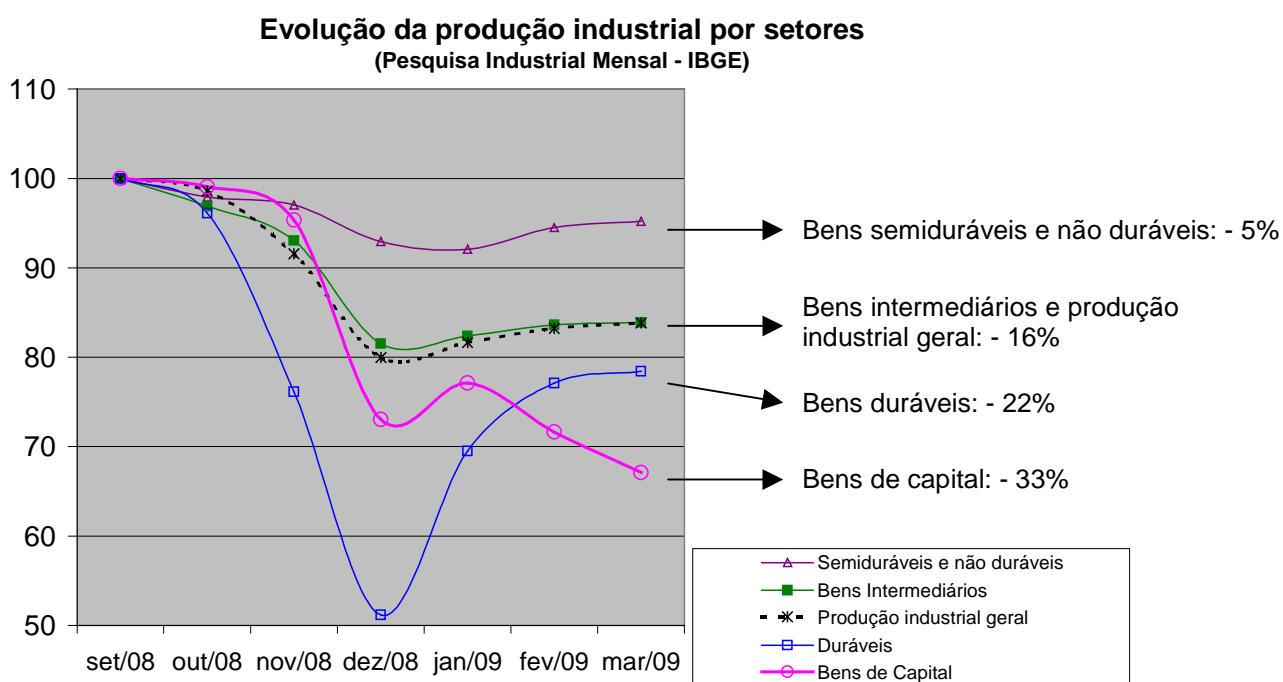
Após apresentar recuperação de 2,1% em janeiro e de 1,9% em fevereiro, os números de março mostram uma expansão significativamente menor, de apenas 0,7%.

Além da recuperação ser menor, os números desagregados mostram que uma parcela importante da expansão da produção em janeiro e em fevereiro foi devida ao setor de bens duráveis, cujo expressivo ritmo de recuperação observado nos dois primeiros meses já mostra arrefecimento em março.

A retração no setor de bens de capital e o arrefecimento da produção industrial

O setor de bens de capital, apesar de ter apresentado recuperação em janeiro, voltou a mostrar quedas expressivas em fevereiro e em março. No período de setembro de 2008 a março de 2009, a retração para esse setor foi de 33%, ao passo que, para a produção industrial total, a queda foi de 16%.

Para os demais setores, observa-se a diminuição no ritmo de crescimento da produção. Assim, a saudável estrutura de crescimento da produção industrial observada antes da crise – com robusto desempenho dos bens de capital – ainda não se restabeleceu.



(*) Dados com ajuste sazonal. As variações indicadas referem-se ao período de set/08 a mar/09.

Exportações mostram importante retomada com as vendas de produtos básicos

No período de agosto de 2008 a janeiro de 2009, observou-se expressiva retração de cerca de 50% das exportações brasileiras, em termos de valor exportado por dia útil.

Contudo, constata-se uma recuperação importante desde então, de forma que os números de abril são 32% maiores que os de janeiro desse ano, propiciada em larga medida pelo aumento das vendas de produtos básicos. Dessa recuperação, cerca de três quartos foram devidos a essa categoria de produtos. Já os manufaturados apresentaram bom desempenho em fevereiro, mas suas exportações mantiveram-se praticamente estagnadas desde então.

E, como amplamente noticiado, a China ultrapassou os Estados Unidos como o principal parceiro comercial do Brasil, uma vez que a corrente de comércio Brasil-China, que considera tanto as exportações como importações entre os dois países, totalizou US\$ 3,2 bilhões em abril, enquanto que, com os Estados Unidos, foi de US\$ 2,8 bilhões.

Evolução das exportações por fator agregado
(média diária por dia útil)

